

Transitar, transgredir, transformar: ciberfeminismos 3.0¹

Graciela Natansohn²
Universidade Federal da Bahia

Resumo

O cenário atual da economia política de internet está provocando o surgimento de projetos ciberfeministas alternativos e autônomos, que podem ser caracterizados como parte de um novo momento, que denominamos como ciberfeminismo 3.0. Interpretamos estas práticas tecnológicas à luz das perspectivas tecnofeministas que colocam em evidência as teias tecidas entre a masculinidade hegemônica e os circuitos de desenvolvimento-circulação-consumo-uso de tecnologias digitais. Aplicamos, no México, os instrumentos de investigação que estamos desenvolvendo no Brasil e que pretendemos projetar para outros países de Latino-américa, para produzir conhecimento sobre a situação dos ciberfeminismos contemporâneos na região, suas consequências e alcances políticos.

Palavras-chave:

ciberfeminismo; tecnofeminismo; México

Apresentação

Apresento aqui algumas reflexões preliminares realizadas no âmbito da pesquisa de pós-doutorado sobre ciberfeminismos mexicanos (UNAM, 2019-2020), como uma forma de resistência feminista no âmbito do vigilantismo, violência e mercantilização da vida acentuada por modelos globais de gestão da internet. Que tipo de organização esses feminismos têm? Quais são as questões prioritárias em suas agendas de ação? Quais são os limites e as possibilidades de agenciamento que podem ser realizados pelos feminismos que habitam a internet? Pode-se resistir com as mesmas armas que oprimem? Como proceder se, como afirma Audre Lorde (1979), as ferramentas do senhor nunca desmontarão a casa do senhor? A pesquisa aplica, no México, os

¹Trabalho apresentado ao GP América Latina, Mídia, Culturas e Tecnologias Digitais, XX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professora da FACOM e PósCom/UFBA e-mail: graciela71@gmail.com

instrumentos de pesquisa que desenvolvemos e aplicamos no Brasil e que pretendemos projetar para outros países latino-americanos, para produzir conhecimento sobre a situação dos ciberfeminismos contemporâneos na região.

Há três décadas os movimentos feministas e de mulheres vêm desenvolvendo práticas políticas e artísticas que até hoje são chamadas de ciberfeministas. Entretanto, nessas três décadas ocorreram transformações e deslocamentos tanto em suas formas de ação quanto em seus temas, objetos e abordagens. Caracterizamos uma nova configuração do ciberfeminismo que chamamos 3.0, impulsionado pelas transformações do espaço digital, colonizado por corporações gigantes ancoradas no norte global e pelo vigilantismo estrutural desenvolvido através do *big data*. Esse ciberfeminismo trabalha para garantir os direitos das mulheres e dissidências sexuais no campo tecnológico com um amplo repertório de ações coletivas sustentadas em valores feministas como a construção de redes e o respeito às experiências subjetivas (BINDER, 2017). Para tanto, buscamos identificar e sistematizar os marcos conceituais pelos quais essas militâncias dão sentido à sua prática, ao mesmo tempo em que investigamos se nelas existe uma noção de identidade coletiva.

Marco teórico-metodológico

Essas questões que antes colocamos são os guias de ação de uma investigação sobre os arranjos contra-hegemônicos que surgem entre a técnica e a política, a partir das teorias feministas da tecnologia (Wajcman 2006; Haraway, 2004), a Epistemologia do Sul (Souza Santos, 2010) e estudos descoloniais (Lugones, 2008, Grosfoguel e Castro Gomez, 2007). É uma pesquisa exploratória na medida em que estamos abordando um fenômeno recente que, visto a partir da sociologia das ausências e emergências, como uma estratégia das epistemologias do sul (Souza Santos, 2010) investiga saberes, práticas e agentes que a pesar de se apresentarem fragmentados, dispersos e incipientes, constituem pistas, tendências latentes que podem dar lugar a novas alternativas possíveis no horizonte de transformação do mundo. Pretendemos contribuir com a imaginação sociológica fomentada por Santos, para “melhor compreender as condições de possibilidade da esperança” e, por outro lado, “definir princípios de ação que promovam a concretização dessas condições” (Souza Santos, 2010, p.26). Esta sociologia “revela uma multiplicidade e diversidade de experiências emancipatórias em diferentes domínios: experiências de conhecimento; experiências de

desenvolvimento, trabalho e produção; experiências de reconhecimento; experiências de democracia; experiências de comunicação e informação” (Carvalho, online 2009). Assim, conduzimos observações em campo e 10 entrevistas em profundidade com membros de coletivas ciberfeministas no México (focamos em CDMX e Puebla, por razões de conveniência): *Insubordinadas-La Chinampa HackLab*, *Luchadoras*, *VitaActiva*, *SocialTIC*, *Laboratorio de Interconectividades*, *Ciberseguras*, *PiranhaLab*, *Colectiva Acción Directa Autogestiva / ADA*, de Puebla e outras jovens artistas digitais feministas, acadêmicas e ativistas mexicanas, sobre as quais mantemos o anonimato por razões de segurança pessoal. Essas coletivas não esgotam o universo estudado; sabemos que existem outros grupos e mulheres no México que não tivemos oportunidade de entrevistar.

Sem dúvida, o ciberfeminismo está em um momento de transfiguração cujos temas, objetivos e formas de luta diferem não apenas do primeiro ciberfeminismo (De Miguel, Boix, 2013) mas também da chamada “primavera feminista” nas plataformas corporativas (Reis, Natansohn, 2017), um fenômeno emergente em 2015. Sem serem homogêneos, esses nós-agentes se caracterizam por sua atitude rebelde e contra-hegemônica: se identificam em certa medida com o feminismo comunitário latino-americano, discutem o capitalismo digital, a concentração monopólica e a vigilância massiva, trabalham na segurança digital das mulheres (nos cuidados digitais [Natansohn, 2019]) e o fazem por meio de projetos locais, autogerenciados, e independentes. Apresentamos a seguir alguns dos temas emergentes que podem contribuir para a caracterização desse cenário. Nesta primeira etapa de análise dos resultados, abordamos as narrativas das interlocutoras, na tentativa de estabelecer uma narrativa polifônica e situada. Os tópicos abordados aqui são: as origens do movimento, as definições do que é o ciberfeminismo, o envolvimento com as tecnologias e a politicidade das práticas tecno-feministas na cultura hacker. Todas as entrevistadas foram contatadas por meio do aplicativo Signal; algumas, por Telegram e muitas, por e-mail no servidor autônomo Riseup, o que foi facilitado pela minha participação pessoal na lista [ciberfeministaslatam], no servidor Riseup. Com exceção de uma pessoa, todas se recusaram a usar o aplicativo WhatsApp para manter contato. Suas declarações são citadas sob o nome da coletiva e as transcrevemos no seu idioma original, espanhol.

Ciberfeminismo: uma noção importada?

Há um relato que podemos chamar de hegemônico sobre o ciberfeminismo, historicizado e veiculado em grande parte da bibliografia acadêmica, que localiza a origem do termo no norte global. Menos se refletiu sobre como chegou à América Latina, em que condições e por quais transformações passa neste lado do mundo, um território cujas brechas digitais são enormes e não se baseiam apenas no gênero, mas também na raça, na classe e no território. A influência e co-participação de entidades europeias na realização dos primeiros ensaios coletivos no México é inegável e continua até hoje. Binder opina que

la lista [ciberfeministaslatam], creada en el año 2013, agrupa toda una serie de activistas ciberfeministas que llevan adelante proyectos que hasta ese momento se creían aislados - que confluyeron gracias a iniciativas como el *Gender and Tech Institute* (Tactical Tech) [de Berlin] o campañas como *Dominemos las tecnologías* (APC) - y que comenzaron a acompañarse, intercambiar recursos e inspirarse mutuamente alrededor de la lista, a la que se fueron sumando otras activistas ciberfeministas de distintos países y contextos, a lo largo de estos años.

De fato, muitas das entrevistadas reconhecem que iniciaram sua trajetória no ciberfeminismo a partir da participação em eventos internacionais realizados na Europa e na América do Norte, como o Backbone de 2014 (Calafou, Catalunha), o Primeiro Encontro Transhackfeminista, também em Calafou, em 2014; o Internet Freedom Festival em Valência, Espanha, em 2015, e a organização Tactical Tech, em Berlim, além de ter como referência os escritos de Montserrat Boix, Margarita Padilla, Alex Haché e algumas outras referências espanholas. Há reconhecimento, por parte das entrevistadas mais experientes, dos antecedentes espanhóis, mas também dos brasileiros, como o coletivo *Birosca*, do Centro de Mídia Independiente / CMI-Indymedia do Brasil, surgido em 2006. Os laços com o Brasil continuam até hoje, com trabalhos coletivos com organizações como MariaLab, Periféricas, Cl4ndestin4s e Coding Right. Outro referencial tem sido o uso da internet pelo movimento zapatista e iniciativas não comerciais de internet como a *La Neta SC*, organização que prestava serviços tecnológicos a organizações com perfil social no México, em meados da década de 1990 (Weiss, 2002), muitos de cujos membros formaram posteriormente o grupo *Primero de Mayo / Enlace popular*, que “está comprometido com a construção de

movimentos sociais, promovendo o uso estratégico e o controle coletivo da tecnologia para as lutas locais, a transformação global e emancipação sem fronteiras”(<https://mayfirst.coop/es/>). *La Neta* foi um dos primeiros grupos a se comprometer com as organizações de mulheres (Rodríguez, 2017), com o apoio do Programa de Direitos da Mulher da *Association for Progressive Communications* (APC), uma entidade transnacional que agrupa organizações da África, América Latina e Ásia e tem sido a principal protagonista no apoio financeiro e logístico a muitas iniciativas ciber-militantes.

No entanto, o ano de 2013 pode ser colocado - como também aponta Binder - como o marco temporal a partir do qual começa o reconhecimento de que não estão sós e de que existe uma rede incipiente em formação.

Yo fui al Backbone en Calafou, estar allí me resultó muy liberador por el hecho de podernos sentir no necesariamente en este asunto binario de ser hombre o ser mujer, como sentir una liberación en el cuerpo que no había experimentado (...) Aparece este evento del Primer Encuentro de Transhackfeminismo en Calafou - yo había ido meses antes a Calafou - y comencé a investigar y pensé que eso era lo que yo quería, ahí es donde me identifico, no me identifico desde el ciberfeminismo, me identifico más desde este lado porque tiene un papel muy transformador desde la infraestructura, desde el código, por eso me resulta mucho más interesante que la capa de comunicación. (...) Es que en esta capa del ciberfeminismo, donde más usamos internet, todavía no tenemos esta conexión con la infraestructura, no hay esta discusión (...). De pronto, el movimiento de las infraestructuras sí lo empieza a cuestionar, así como el movimiento que va por entender el código. Pero cuando comienzan a preguntar el internet en código femenino, entonces, debemos preguntarnos ¿cómo es este código? ¿el código es masculino? y te vas dando cuenta que no solo es masculino, sino también que está lleno de monopolios, creo que ahí empieza a rascar más adentro.(ADA)

Por el 2013 o 2014 empezó un boom muy visual del feminismo y la tecnología, acuérpamos términos como ciberfeminismo - vimos que venía como una avalancha- . Cuando comenzamos el laboratorio yo conocía dos proyectos, las compas de Calafou y las compas de Identidades Disidentas - muy críticas con el tema colonial interseccional - aunque algunas eran europeas, no todas; hay muchas latinas en medio de esa conformación que generó el [primer] encuentro transhackfeminista, hay muchas latinas viviendo allá, chilenas, varias. (Lab Interconectividades)

en el 2013..., no me acuerdo el año exactamente, o 2015? que veo el Instituto de Género y Tecnología de *Tactical Tech* y quiero ir; entonces pido apoyo a mi organización y voy. Claro que a mí me causa mucho interés porque yo ya empezaba a crear algunos contenidos desde SocialTIC en temas de seguridad digital, no solo de infoactivismo. (SocialTic)

Es que yo pienso que, en realidad, serían como tres generaciones – si acaso - y las generaciones no son tan grandes, la generación grande sería E. [de APC], como una segunda generación sería E. [VitaActiva], A. [ADA], tal vez J. [Sursiendo, Chiapas] ¿Quién más? L. [Luchadoras]. Es que todas como que existen, pero hasta cierto punto, con niveles de invisibilización... (...) Sin ser una red como tal. (Insubordinadas-La Chinampa)

Observamos um debate em torno de palavras como ciberfeminismo, hackfeminismo, tranhackfeminismo, hackerismo. O ciberfeminismo é considerado como mais voltado para os aspectos comunicacionais e de troca via plataformas, enquanto o hackfeminismo trabalha sobre códigos e infraestruturas físicas. Em algumas, há um olhar crítico sobre os vários feminismos que permeiam os corpos das mulheres - alguns, mais racializados, mais liberais, mais anarquistas; outros, menos, bem como um questionamento da cultura hacker dominante e masculinista.

De repente vienen el tranhackfeminismo, yo solo pensé: hack me resuena, porque claro, implica entender las tecnologías sociales y contar estas cosas que hacen falta, trabajar más, modificar o reprogramar por completo para que nos incluyan a nosotras y así poder ser más libres y vivir más seguras, eso definitivamente es hackear, entonces, hackear desde el feminismo me hace toda la lógica (Ciberseguras).

... me reconozco en una trayectoria de feminismos buscando ¿qué hacer? Por eso el ciberfeminismo me resultó... no me siento parte de, pero me reconozco en un linaje de. Entonces me cuestiono ¿qué somos?, ¿qué somos estas mujeres que estamos trabajando con la tecnología? Si no cabemos del todo ahí - porque por mucho tiempo lo ví más en un sentido de uso que de construcción - empezamos en cómo la palabra no correspondía del todo. Entonces, seguir explorando ¿qué éramos? para mí fue muy relevante conocer qué era el tranhackfeminismo y me fue muy relevante porque, primero, teníamos esta reflexión de que lo hacker iba más allá de ser hábil con la computadora; existía ahí una posición política con el mundo, de cómo transformarlo y de intentar transformarlo a partir de querer conocerlo, interpretarlo, entenderlo y por otro lado, lo trans... lo trans me encanta, la posibilidad de transitar, transgredir, transformar, transportar, todo. (ADA)

A mí me encantan las palabras para jugar con ellas porque pueden ser muy inspiradoras. Para mí, hablar de hackfeminismo en este momento dá para mucho; habrá quienes digan: para nosotras es ciberfeminismo, otras que digan que es tranhackfeminismo o algunas otras que digan es feminismo y tecnologías, o género y tecnología. Yo creo que está bien y no vale la pena pelear por homogeneización de nada ni cuestionar quién empezó y quién terminó, ni quién dijo qué y quién se apropió; solo creo necesario entender el hacking como una manera muy profunda - desde los feminismos - de generar

otra manera de ver la realidad, de imaginarla, de construirla y meterle las manos. Es indispensable vulnerar esos sistemas que nos tienen hechas mierda y poder hacerlo de otra forma creativa que contagia. Me parece tremendo. (Lab. Interconectividades)

Nadie se refiere a las categorías en sí mismas de ciberfeminismo, hackfeminismo, porque creo es parte de algo que no ha salido de nosotras mismas en su generalidad, sino de algunas interpretaciones o de algunos diálogos o de algunas ideas, pero ¿quiénes son ellas? Yo lo tomaba a broma, cuando nos vimos con las chicas de Tormenta, porque si hay un encuentro ciberfeminista, vamos, si es tecnofeminista, vamos, si es ciberfeminista, vamos, pero somos las mismas ¿quiénes somos? (VitaActiva)

Creo que hay un grupo de ciberfeministas y hackfeministas muy fuerte, cada vez más organizado, más interrelacionado entre sí y, paralelamente, hay mujeres feministas jóvenes usando las redes sociales de forma muy potente y que no necesariamente tienen una crítica o un discurso hackfeminista. (...) Nuestra consciencia ciberfeminista no empezó en ese momento, nosotras éramos activistas feministas que usábamos internet, pero no teníamos un análisis crítico de internet como un espacio. Cuando empezamos a ver que atacaban a compañeras a través de internet empezamos a decir ¡ah! internet es un espacio atravesado por las mismas relaciones de poder que hay en las calles! Comenzamos a pensar este espacio de acción. ¿Qué es la internet para nosotras? ¿Un espacio por el cual tenemos que luchar, para que sea un espacio libre de violencia? Y eso nos pasó en 2016. (Luchadoras)

Para entender que era un bit, un hardware, empecé de cero, a partir de ahí comencé a cuestionarme muchas cosas, del porque me daba miedo la tecnología, porque me daba miedo hablar de tecnología, porque no me sentía capaz de escribir de tecnología, fue cuando me comenzaron a brincar muchas cosas... cuando lo sentí más cercano, saber que puedes entenderlo, que puedes escribir, entender que no solo los hombres hablan sobre tecnología. (Insubordinadas-La Chinampa)

O ciberfeminismo não se limitou a dar visibilidade e voz às brechas, violências e situações de injustiça de gênero. Se a internet colaborou com processos de empoderamento coletivo, também gerou polêmicas e ambigüidades no jogo feminista de narrar, multiplicar vozes, denunciar, reconhecer, enredar e se apropriar de redes. Essas polêmicas giram em torno do uso de software livre, da utilização de serviços de corporações como Facebook ou Google, estratégias institucionais contra a violência, entre outras.

Internet, a casa que queremos habitar, ou não

Percebemos formas de saberes e práticas em relação à tecnologia, que se distanciam das subjetividades colonizadoras. Uma delas é o tipo de entendimento sobre a Internet e as tecnologias em geral. A distância entre o sujeito e o objeto de

conhecimento é posta em dúvida ou ignorada, havendo forte envolvimento emocional com a tecnologia, atitude cognitiva que possibilita empatia, como se envolver-se fosse condição para o ato de saber, o que Fox Keller [1991] chama de objetividade dinâmica, que faz uso da experiência subjetiva para construir conhecimento. A não distancia emocional e o envolvimento não impedem a produção de conhecimento, pelo contrário, riem da modéstia científica (Haraway, 2004) que evita “as incômodas questões sobre seus interesses e posições” (Vargas-Monroy, 2010, p. 81).

¿Qué somos? Entonces recupero a mi colectiva, qué queremos hacer desde la ternura radical en el aquí y ahora con otras y otros, por un mundo mejor. Suena raro? (ADA)

Cuando pienso en infraestructura feminista pienso en lo principal, que son las redes de personas, redes de mujeres, principalmente - no por ello de la misma identidad -. (...) Para mí, hablar de tecnología es hablar de cuerpo, siempre. El cuerpo como nuestra primera tecnología, como nuestro primer territorio; también lo siento como nuestra primera infraestructura (...) Nos preguntamos: ¿Qué es internet? ¿Es igual de real físico/químico? ¿Es en dónde no hay dicotomías? Yo no lo vivo como si fueran dicotomías, para nada, ni lo defiendo, ni lo pienso, ni lo escribo como si fuera algo que no es este mundo mismo. (...)

Dijimos: si queremos habitar internet - desde el laboratorio empujamos muchísimo, cuando éramos dos, la idea de no ser usuarias, no queremos más usuarias, no queremos relaciones que no sean de tú a tú - cuestionamos: ¿qué implica ser habitantes? Es importantísimo entender que, para habitar, hay también que habitar cuerpos porque si no, de qué manera vamos a habitar otro espacio que no sentimos nuestro, en donde no está tu cuerpo?. (Lab Interconectividades)

No es que nosotras tengamos que modificar nuestra información, sino cómo nosotras sometemos las tecnologías a nuestras experiencias. [Es como decir] no, tecnología, tú no vas a modificar mi existencia, porque tú eres para mí, yo no soy para ti, es retomarlas desde otro lugar y saber que somos nosotras las que domesticamos la tecnología y no son las tecnologías las que domestican nuestras existencias (Ciberseguras).

Esta cuestión me gusta abordarla desde el baile, el cuerpo, el goce, la apropiación del deseo, todo eso vinculado a un lenguaje de programación; al final, también es como hackear e intentar darle la vuelta a esto que te decía. ¿Quién está escribiendo el software? ¿Qué pasa cuando chicas feministas están escribiendo en lenguajes de programación? (PiranhaLab)

Máquinas e cultura livre, seus limites

Existem pontos temáticos muito fortes onde convergem questões como autodefesa digital e violência de gênero, que têm gerado intensa produção de debates e materiais didáticos. O primeiro, o da autodefesa a través do cuidado digital, unifica praticamente todos os nós em uma prática e debate comum, que vimos observando e analisando desde 2017 (Natansohn, 2019). Falamos de nós feministas, tal como os define Rovira Sancho (2016), visto que são coletivas, indivíduos, grupos organizados de forma cooperativa, enfim, de uma diversidade organizacional descentralizada e autogerida. O segundo tema, a violência, adquiriu grande ênfase durante o período de nossa pesquisa (2019), que atinge seu auge com o debate legislativo sobre violência digital de gênero e a recente aprovação (em 4 de dezembro) de uma lei - a Lei Olímpia - na Cidade do México e antes, em outros estados da federação, cujas imprecisões, ambigüidades e / ou problemas em sua formulação têm gerado controversias. O que tem sido fundamental na abordagem feminista dos processos sociotécnicos na comunicação digital foi - e continua sendo, 50 anos após a invenção da internet - a denúncia e o enfrentamento da violência de gênero. Essas ciberviolências hoje coadjuvam com as formas contemporâneas de governança algorítmica em uma sociedade datificada e controlada, uma vez que a vigilância por algoritmos, a invasão de privacidade, o monitoramento e outras formas de controle digital afetam os cidadãos em geral mas muito mais, às mulheres organizadas em torno da reivindicação de direitos.

Observamos que muitas discussões surgem como reações aos processos de controle, vigilância e comercialização da internet e, em menos casos, aos problemas de sustentabilidade. Não é de surpreender que, em sintonia com isso, o inventor da web, Berners-Lee, proponha hoje um contrato para evitar que a web se torne uma distopia dominada por desinformação e abusos. A Internet tem sido roubada pelo senhor, o oligopólio GAFAM (chamado ALAI, nessas latitudes), por isso as feministas proclamam "Nem Deus, nem senhor, nem Facebook".

si el software libre lo creemos como transformador y liberador del ser humano no necesitamos que tenga estas cuatro condiciones, necesitamos que la gente tenga las condiciones para poder hacer, en efecto, uso de este derecho, ¿de qué te sirve que el software libre tenga estas cuatro libertades? Si las personas no tienen acceso a la tecnología, si las personas no tienen acceso al conocimiento,

no es nada, es una falacia. Me gusta mucho la frase de Rosa Luxemburgo: la libertad no es nada cuando se convierte en un privilegio; el software libre es un privilegio occidental blanco, entonces, ahí hay una limitación que tendríamos que vencer, tendríamos que dar una lucha y ahí es una lucha epistémica. (...) Yo no creo que internet sea salvable como internet, creo que se ha pervertido mucho, que el poder de las empresas, el poco poder de los gobiernos y tan mal usado... es mucho. (...) Necesitamos físicamente otras tecnologías, porque tienen que venir de una mejor relación con el planeta, otros procesos de producción, porque no pueden venir de la explotación. Aquí me ha tocado coincidir con las compañeras maquiladoras de Guadalajara y las de Tijuana; las compañeras, a la hora de soldar no tienen ni un cubreboca para no oler estos gases tóxicos. Una forma de internet totalmente distinta, que pasa por una relación con el planeta y un proceso de creación totalmente distinto, con un código que se ha creado desde la diversidad, desde las múltiples lenguas, culturas y colores. (ADA)

Cuando empezó la oleada grande de visibilizar lo que le estaba pasando a internet, cuando comenzó a juntarse el movimiento de la cultura libre, del software libre con el hacktivista, con el de las tecnologías libres, más el de la defensa de los derechos humanos; cuando convergieron todos esos y, además el feminista... Pasó en México que ya no se pudo pensar internet como: ok, vamos a ocupar ese espacio. Muchas de las mujeres que venían haciendo Tecnologías de la Información y Comunicación o medios estaban metidas en derechos humanos y comenzaron a mirar internet como otra posibilidad. La tecnopolítica en ese momento estaba diciendo: Sí, ¿cómo hacemos para que las acciones colectivas sean de multitudes? Ahí tienes todas las Primaveras en todos lados, eso dió para discutir mucho y preguntar: ¿qué es internet?, ¿qué está haciendo para nosotras y para nosotros? Por toda la amenaza de la regulación en telecomunicaciones se le nombró de otra manera. Pasamos a ocupar estos espacios, a poner contenidos, a producir para nosotras desde nuestras narrativas - eso fue importantísimo desde una mirada feminista -. Esa fue una dimensión: la que siempre pensábamos, la de ocupar espacios, pensamos en ponerle vínculo al cuerpo y al territorio, internet también es nuestro, ahí están todas esas maneras, con todos esos nombres, con todos esos proyectos maravillosos, pensamos en okupar -con k- pero el punto era: ¿cómo es internet?, ¿cuál es la dimensión política de internet?, ¿qué era lo que realmente queremos amplificar?, ¿el tanto amplificarlo nos va a poner en triple riesgo, en un país que tiene una guerra desde hace muchos años? (...) Hackear al patriarcado, en realidad, en el fondo, estábamos diciendo: el sistema es vulnerable, a ese sistema hay que buscar la manera de transgredirlo pero, a la vez, ponerle nuestros términos y condiciones. (Lab Interconectividades)

As que mais têm enfatizado sobre como as questões de classe as limitam, foram as jovens do coletivo Insubordinadas-La Chinampa, cujo espaço físico está localizado na periferia da CDMX, onde mora uma das integrantes. "Nosotras siempre debemos movernos al centro y no hay actividades del centro hacia las periferias", afirmam. "Fue en ese momento cuando comenzamos a tener más claro que significaba ser una mujer de

la periferia", onde sentem que as questões de vulnerabilidade sopesam com mais intensidade.

Concluindo

As iniciativas ciberfeministas mexicanas que viemos observando fazem parte do que temos chamado de ciberfeminismo 3.0, vinculado a movimentos globais de justiça e direitos humanos. Podemos afirmar, a partir desta breve apresentação, que as diferenças entre o ciberfeminismo do final dos anos 90 e do início do século 21, e o que chamamos de 3.0 ou terceira geração, estão baseadas no fato de que o primeiro centra seu ativismo nas redes sociais como espaços de disputa de narrativas, de apropriação discursiva e de articulação militante, enquanto o ciberfeminismo 3.0 ou hackfeminismo, embora não homogêneo, tende a caracterizar as redes sociais corporativas como espaços colonizados e colonizadores, assumindo posturas mais radicais enquanto às formas de resistência tecnológica. Estas oscilam entre a promoção de formas de desconexão e rejeição das plataformas de redes para resistir à governança algorítmica, até a realização de advocacy para promover políticas de transparência nas decisões algorítmicas de governos e corporações privadas.

Enquanto o movimento feminista emprega a lógica algorítmica das mídias sociais para ganhar visibilidade para suas causas políticas, as ciberfeministas 3.0 optam por atuar de forma anônima, criando espaços seguros e projetos de tecnologia autônomos. As formas de resistência ao extrativismo de dados e vigilância digital realizadas pelas ciberfeministas de terceira geração são variadas, múltiplas, e suas táticas nem sempre são excludentes das utilizadas pelo ativismo feminista online, embora, é importante notar, suas posições críticas em relação à economia política da Internet está explicitamente incorporada no uso que eles fazem das tecnologias e, mais ainda, na recusa em usá-las.

Esses agrupamentos-nós são caracterizados por sua atitude crítica e uma ação tecno-feminista contra-hegemônica: têm uma abordagem comunitária, discutem o capitalismo digital, a concentração monopólica e a espionagem em massa, e o fazem por meio de projetos locais, autogeridos e independentes, administrados com perspectiva feminista. Quando as chamamos de 3.0, nos referimos a um momento, mas não a uma temporalidade linear e evolutiva, que seria a superação de uma etapa anterior, mas a uma forma diferente de compreender e praticar a comunicação digital, a geopolítica e a

economia política da internet, que convive com as formas dominantes. Nesse sentido, acreditamos que podemos falar de uma atualização do ciberfeminismo, movida por questões de segurança e vulnerabilidade, mas também de uma nova versão que reúne experiências anteriores e visa assumir o controle com autonomia e soberania, para fazer da internet um bem comum, com infraestruturas distribuídas, nós de propriedade social e garantias de neutralidade e liberdade. Capturar, analisar e compreender essas tendências, discussões e a capacidade de se multiplicar para gerar potencial de mudança a partir das tendências atuais da Internet é o norte deste trabalho em andamento.

Referências

ARRIAGA WEISS, David A. **Internet al servicio de la sociedad civil (estudio de caso LaNeta SC)** Tesina. Licenciatura em Sociología. UNAM, 2002. Recuperado de <http://132.248.9.195/ppt2002/0031815/0031815.pdf>

BACKBONE 409: **Autonomous infrastructures for a free internet**. Recuperado de <https://transhackfeminist.noblogs.org/post/2014/06/14/backbone-409-autonomous-infrastructures-for-a-free-internet/>

BINDER, M. Inés. Identidad y agencia colectiva del movimiento ciberfeminista en América Latina. El caso de [ciberfeministaslatam]. **Dígitos**. Rev. de Comunicación Digital, n. 5, 2019. Recuperado de <https://revistadigitos.com/index.php/digitos/article/view/128/75>

CARVALHO, Alba. Pensamento de Boaventura de Sousa Santos em foco: a reinvenção da emancipação em tempos contemporâneos. **Site de Boaventura de Sousa Santos**, 2009. Recuperado de: encurtador.com.br/lTHR2

CONTRATO PARA LA WEB. **Un plan de acción global para que nuestro mundo en línea sea seguro y empoderador para todos y todas** <https://contractfortheweb.org/es/>

DE MIGUEL, A., BOIX, M. en Natansohn, Graciela [Coord.] **Internet en código femenino, teorías y prácticas**. Buenos Aires, La Crujía, 2013. Recuperado de <http://gigaufba.net/internet-em-codigo-feminino/>

FOX KELLER, Evelyn. **Reflexiones sobre género y ciencia**. Valencia, Edicions Alfons el Magnànim, 1991.

GROSFUGUEL, R., CASTRO GOMEZ, S. **El giro decolonial**. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá, Siglo del Hombre Ed., 2007. Recuperado de: <http://www.unsa.edu.ar/histocat/hamoderna/grosfoguelpcastrogomez.pdf>

HARAWAY, Donna. **Testigo Modesto@Segundo Milenio. HombreHembra_Conoce_Oncorotón: Feminismo e Tecnociencia**. Barcelona, UOC, 2004.

LORDE, Audre. **La hermana, la extranjera**. 1979. Recuperado de: <http://glefas.org/la-hermana-la-extranjera/>

LUGONES, María. **Colonialidad y género**, 2008. Recuperado de: <http://www.scielo.org.co/pdf/tara/n9/n9a06.pdf>

NATANSOHN, Graciela. Cuidados digitais em perspectiva ciberfeminista. Caldas, S., Prata, N. [Org]. **Desigualdades, gêneros e comunicação**. São Paulo, Intercom, 2019. pp. 51-67.

Recuperado de:

http://portcom.intercom.org.br/ebooks/arquivos/ebook_desigualdades_251019.pdf

REIS, Josemira; NATANSOHN, Graciela. Com quantas hashtags se constrói um movimento? **Triade - Revista de Comunicação, Cultura e Mídia**, 5, 10, pp.113- 130, 2017. Recuperado de <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/triade/article/view/3096>

ROVIRA SANCHO, Guiomar. **Activismo en red y multitudes conectadas**. Comunicación y acción en la era de internet. México, Icaria Editorial/UAM, 2016.

RODRIGUEZ, Candy. **Erika Smith**: Una lucha por una internet libre de violencias. 10 dic. 2017. Recuperado de <https://luchadoras.mx/erika-smith/>

SOUZA SANTOS, Boaventura de . **Descolonizar el saber, reinventar el poder**. Montevideo, Trilce, 2010.

VARGAS-MONROY, L.. De testigos modestos y puntos cero de observación: las incómodas intersecciones entre ciencia y colonialidad. **Tabula Rasa**. Bogotá - Colombia, No.12: 73-94, enero-junio 2010. Recuperado de <http://www.scielo.org.co/pdf/tara/n12/n12a05.pdf>

WAJCMAN, Judith. **El tecnofeminismo**. Madrid, Cátedra, 2006.